

COTAS PARA NEGROS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS E “DEMOCRACIA RACIAL” BRASILEIRA

Fabiane JESUS¹

RESUMO: Ao declarar que “Brasileiro tem o preconceito de não ter preconceito”, Florestan Fernandes sintetiza a idéia de que a ideologia da democracia racial recobre a realidade das relações sociais no Brasil: esta pesquisa irá, pois, tendo em vista o contexto histórico-social no qual se principiou o debate acerca da questão da identidade nacional – no qual o ser negro era colocado como um coletivo humano inferior –, verificar se estas teorias ainda subjazem discursos que tangem a questão da democracia social. O objeto de análise serão as Políticas de Ação Afirmativa que defendem a adoção de cotas para negros em universidades públicas. O *corpus* estará constituído de artigos da seção “Tendências e Debates” da *Folha de São Paulo* sobre esse assunto, publicados entre os anos de 2001 e 2006. O quadro teórico e epistemológico no qual embasarei minha pesquisa é o da Escola Francesa de Análise do Discurso (doravante AD), mobilizando os conceitos de interdiscurso e modalização autonímica tal qual proposto por Maingueneau. A pesquisa visa compreender de que modo o negro é significado nas referidas Políticas de Ação Afirmativa, afetando o lugar historicamente ocupado no conjunto da sociedade nacional e promovendo novas formas de civilidade. Pretendo com isso contribuir com as discussões do Projeto Temático CAeL (Processo Fapesp nº 2004/07734-0), mostrando de que modo certos mecanismos de segregação continuam vigentes nas discussões sobre a democracia racial e as políticas públicas formuladas para promovê-la. Interessa-me, por último, pôr em relação as análises feitas por DaMatta e Buarque de Holanda – sobre as relações sociais no Brasil –, para melhor delinear condições de produção e circulação destes discursos neste espaço social.

ABSTRACT: This paper intends to delineate paradoxes of discourses that refers to the question of the racial democracy. Guided by the French branch of Discourse Analysis theoretical perspective, I will make an article analysis of the section “Tendências e Debates” (Folha de São Paulo) on this subject, published between the years of 2001 and 2006. The purpose of this article is to verify the recent discussion on affirmative action policies and quota systems in Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Ao declarar que “Brasileiro tem o preconceito de não ter preconceito”, Florestan Fernandes sintetiza a idéia de que a ideologia da democracia racial recobre a realidade das relações sociais no Brasil: esta pesquisa irá, pois, tendo em vista o contexto histórico-social no qual se principiou o debate acerca da questão da identidade nacional – no qual o ser negro era colocado como um coletivo humano inferior –, verificar se estas teorias ainda subjazem discursos que tangem a questão da democracia social. O objeto de análise serão as Políticas de Ação Afirmativa que defendem a adoção de cotas para negros em universidades públicas. O *corpus* estará constituído de artigos da seção “Tendências e Debates” da *Folha de São Paulo* sobre esse assunto, publicados entre os anos de 2001 e 2006.

O quadro teórico e epistemológico no qual embasarei minha pesquisa é o da Escola Francesa de Análise do Discurso² (doravante AD), mobilizando os conceitos de

¹ IEL-Unicamp.

interdiscurso e modalização autonímica tal qual proposto por Maingueneau. A pesquisa visa compreender de que modo o negro é significado nas referidas Políticas de Ação Afirmativa, afetando o lugar historicamente ocupado no conjunto da sociedade nacional e promovendo novas formas de civilidade. Pretendo com isso contribuir com as discussões do Projeto Temático CAeL (Processo Fapesp No. 2004/07734-0), mostrando de que modo certos mecanismos de segregação continuam vigentes nas discussões sobre a democracia racial e as políticas públicas formuladas para promovê-la. Interessa-me, por último, pôr em relação as análises feitas por DaMatta³ e Buarque de Holanda⁴ – sobre as relações sociais no Brasil –, para melhor delinear condições de produção e circulação destes discursos neste espaço social.

A originalidade e a relevância atual desta pesquisa consiste na abordagem de tema atinente a formas atuais de sociabilidade, à luz da perspectiva discursiva, com o que textos que versam sobre a proposição de políticas públicas para a inclusão do negro em universidades públicas serão analisados. Pretendo, assim, contribuir na formulação e análise de um objeto de estudo normalmente abordado por cientistas sociais⁵, visando determinar o efeito dessa problemática na vida dos sujeitos imersos na realidade social brasileira: a relação entre o sujeito, a linguagem e a história permeia a pesquisa discursiva que pretendo encetar.

Ademais, esta pesquisa pode contribuir para delinear os paradoxos do discurso dominante que tange a questão da democracia racial. O presente trabalho se insere na preocupação de melhor compreender um dos fenômenos sociais que incide diretamente na questão da identidade nacional: como a questão racial é discutida e colocada em circulação, disseminada, divulgada e, conseqüentemente, corrobora crenças socialmente compartilhadas.

Este artigo se insere em uma pesquisa maior, cujo desenvolvimento será realizado em trabalhos que lhe serão complementares: neste trabalho, (1) discorrei acerca do dispositivo teórico que será empregado nesta pesquisa e (2) na etapa analítica desenvolvida aqui desenvolvida, procurarei investigar o uso de modalizadores autonímicos em um dos artigos que constituem o *corpus*: tratar o fato autonímico⁶ sob a

² Embora consideremos o rótulo “Escola Francesa”, vertente da Análise do Discurso dominante na França nas décadas de 60 e 70, Maingueneau prefere falar em “tendências francesas” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2005: 202).

³ DA MATTA, R.. “Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil” in *Carnavais, Malandros e Heróis*. RJ: Zahar, 1979.

⁴ HOLANDA, S. B. de (1978 [1936]). “O homem cordial” in *Raízes do Brasil*. RJ: J. Olympio.

⁵ Sobre questões raciais no Brasil, ver, dentre outros, FERNANDES, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: DIFEL; AZEVEDO, C.M.M. de (2004). *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: AnnaBlume; SANTOS, Gislene Aparecida dos (2002). *A invenção do ser negro. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/ Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas; GUIMARAES, A.S.A. (2004). *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. Rev. Antropol. [online]. vol.47, no.1 [citado 20 Junho 2005], pp. 9-43; HERINGER, R. (2002). *Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas*. Cad. Saúde Pública, vol.18, pp. 57-65, além dos autores citados na bibliografia.

⁶ Rey-Debove é a primeira pesquisadora a estudar a autonomia, definida como um retorno sobre o próprio dizer: a palavra se volta para ela mesma, para dar sentido, reformular, explicar melhor o que está sendo dito. Ela distingue uso e menção: no primeiro caso, a palavra é utilizada no seu sentido corrente; no segundo, a palavra é destacada (com aspas, negrito, itálico), sinalizando para o leitor que ela está sendo empregada com um sentido diferente daquele que é comumente atribuído a ela. Posteriormente, Maingueneau (2004: 157-167) fala sobre o conceito de modalização autonímica, recurso que possibilita ao enunciador a inserção de

ótica da modalização me será uma importante ferramenta analítica. Ele tange a estrutura enunciativa, permitindo abordar os fenômenos dialógicos posto que participa da heterogeneidade discursiva (Maingueneau, 2005: 157-167).

2. QUADRO DE REFERÊNCIA: OBJETO DE ANÁLISE

A problemática da identidade nacional é, ainda, uma questão controversa no cenário brasileiro: a discussão sobre este tema, iniciada ao final do século XIX e início do século XX, ainda provoca celeuma. Explico. Quando do surgimento das primeiras teorias explicativas, o pensamento de intelectuais brasileiros era embasado por ideário de cunho evolucionista, e o negro era tido como um entrave ao desenvolvimento do país: tratava-se de um coletivo humano inferior (Schwarcz, 2000; Skidmore, 1976: 19-95, Guimarães, 2004: 9-43 e Ortiz, 1985). Segundo Ortiz (1982), “o que surpreende o leitor, ao se retomar as teorias explicativas do Brasil, elaboradas em fins do século XIX e início do século XX, é a sua implausibilidade. Como foi possível a existência de tais interpretações, e, mais ainda, que elas tenham alçado status de Ciências”.

Na década de 30, começaram a ser realizados estudos valorativos da cultura e da contribuição afrodescendente na construção da identidade nacional: Gilberto Freyre⁷ foi “figura de proa na redefinição da identidade racial brasileira” (Skidmore, 1976: 209). A partir de então, ganhou força no meio intelectual a concepção que preconizava a existência de uma democracia racial no país: disseminou-se a idéia de que o país era desprovido de mecanismos atuantes no sentido de cercear a ascensão social do negro. A crença na democracia racial brasileira passou a ser compartilhada nacional e internacionalmente. De acordo com Maio (1999:143-144), “a controvertida crença numa democracia racial à brasileira (...) tornou-se assim um dos principais alicerces ideológicos da integração racial e do desenvolvimento do país e foi suficientemente substantiva para atrair a atenção internacional”.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura financiou um extenso projeto de pesquisa sobre o Brasil: o Projeto Unesco. Marco do estudo sobre relações raciais no Brasil, o projeto apontou para resultados que frustraram sua expectativa inicial: foi constatada a existência de preconceito racial no país (Skidmore, 1976: 235-237; Heringer, 2002: 57-65). Também chama a atenção o resultado de pesquisa realizada em 1988, na USP, sobre essa questão. Conforme Schwarcz (2000: 35), enquanto 98% da população negaram ter preconceito, 99% afirmaram conhecer pessoas que têm preconceito e, mais isso, demonstram possuir uma relação próxima com elas (...).

comentários à sua fala, concomitantemente ao processo de construção do enunciado. Consiste num conjunto de símbolos (aspas, reticências, parênteses, travessão duplo) ou expressões que servem para sinalizar o dito no não-dito, e é empregada visando a efeitos de sentidos diferentes.

⁷ Ele foi o principal organizador do I Congresso Afro-Brasileiro (Recife, 1934). Com sua obra *Casa Grande e Senzala*, o sociólogo ruiu a concepção disseminada até então, de que a miscigenação causou danos irreparáveis (Skidmore, 1976: 210).

Em 2001⁸, o debate sobre a inclusão do negro – e também do índio – foi intensificado, especialmente após a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro desse ano, na África do Sul: o Brasil foi apontado como um país em que a democracia social ainda não é um valor substantivo. Foi firmado o compromisso de elaborar um programa de combate ao racismo passível de erradicar as desigualdades sociais até 2015⁹.

3. DISPOSITIVO TEÓRICO

Tomarei o discurso como objeto de estudo: tendo por referência a AD, os textos analisados são concebidos como materialização de um discurso (Orlandi, 2001). Pretendo, pois, compreender a relação sujeito, linguagem, história: a natureza ideológica do discurso e da própria língua emergem no quadro analítico da AD, posto que o objeto de estudo é tratado como sendo indissociável da história. Em outros termos: discurso e língua existem em relação constitutiva com sua exterioridade; são, pois, relacionados à organização social. Conseqüentemente, não são advindos de expressão individual: o enunciador – o sujeito do discurso – é interpelado por condições discursivas históricas. A formação discursiva na qual o discurso se insere o coloca em certa posição. Explico.

Recorro às ciências da linguagem para buscar métodos e técnicas que logrem compreender os efeitos de sentido produzidos pelos textos que conformam o corpus. Ao adotar a perspectiva da AD, discorrerei sobre algumas questões teóricas e metodológicas atinentes ao seu processo de elaboração e circulação. A opção por este tipo de abordagem decorre do fato de que não objetivo uma análise extensional: não me tomo a tarefa de realizar uma análise extensiva, de toda a materialidade do discurso – o que, na perspectiva da AD não é possível, dada a incompletude da linguagem (Orlandi, 1987); antes, viso a uma exaustividade “vertical”, em profundidade¹⁰: parto da premissa de que os sentidos podem ser compreendidos levando em conta o funcionamento discursivo, o modo como os enunciados são construídos¹¹.

Um texto, entendido enquanto uma realização de uma escrita, não está fora da sociedade. A AD nos mostra que estamos em constante movimento de discursividades, com o que se constituem os diversos sujeitos em uma dada sociedade, em determinado momento histórico (Guimarães, 1995). O texto é, portanto, um acontecimento enunciativo na história. Posto de outro modo: sua espessura sintático-semântica é determinada pelas e nas formações histórico-sociais na qual se insere.

⁸Ver “Universidades federais podem seguir UnB na adoção de cotas para negros” in Revista Comciência, no. 39, fevereiro de 2003 [citado 25 julho 2005] disponível na World wide web: <http://www.comciencia.br/reportagens/universidades/uni08.shtml>.

⁹Item 176 do Relatório da Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia E Intolerância Correlata. Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível na world wide web: [http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.Conf.189.12.Sp?Opendocument](http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.Conf.189.12.Sp?Opendocument) [citado em 01.02.06]

¹⁰Cf. Orlandi, “todo discurso se estabelece sobre um discurso anterior, apontando para outro (...) O que existe não é um discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo, do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (apud LAGAZZI, Suzi (1988). O desafio de dizer não. Campinas: Pontes, p. 60).

¹¹Concordamos com Lagazzi: “Acreditamos que a Análise do Discurso nos oferece essa possibilidade, pois embora pressuponha uma metodologia lingüística, científica (dentro dos seus limites), nunca deixa de considerar o histórico e o ideológico inscritos no objeto de análise.” (1988: 51)

Conseqüentemente, carregará em seu bojo marcas lingüísticas cuja compreensão, obtida após uma investigação apurada, poderá nos mostrar a multidimensionalidade das realidades que o constituem: os aspectos políticos, sociais e históricos que constituem a formação social do qual advém.

Considerando que o(s) sentido(s) de um discurso não é(são) transparente(s), procurarei analisar processos históricos de constituição dos discursos que constituem o corpus deste trabalho. "O discurso pertence a um sistema de normas (...) que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada" (Pêcheux 1988: 77). As posições que um indivíduo pode/deve ocupar no discurso são autorizadas pelas formações imaginárias, advindas da historicidade. Constituem a imagem que o indivíduo faz de sua posição, do outro e do objeto do discurso. As formações imaginárias inserem-se em formações discursivas, que são conjuntos "(...) de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem em uma época e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa" (Foucault 1969, *apud* Maingueneau 1993:14). Sublinho, pois, a noção de memória: os discursos se relacionam a outros *já-ditos*, mobilizando um arquivo, ou seja, mobilizando discursos outros inseridos na mesma formação discursiva.

As formações discursivas permitem a manifestação das formações ideológicas, com o que advém as formações imaginárias. "Para que se encontrem as regularidades de seu funcionamento, todo discurso deve ser remetido à formação discursiva que, por sua vez se define pela relação (x ou y) que tem com a formação ideológica" (Orlandi 1986:117). Ao ser assujeitado por certa posição de sujeito – posto que ele recorre a um arquivo da memória do dizer para produzir sentidos –, o indivíduo está interpretando formações ideológicas. No entanto, no momento mesmo em que se dá tal interpretação (o momento da constituição do discurso), ela é apagada, do que resulta o sujeito ter a ilusão de autoria do seu dizer. Quem fala, no momento em que fala, apaga a interpretação que faz daquilo que as formações ideológicas possibilitam para si enquanto discurso, via formação discursiva¹². A constituição de um discurso envolve um processo de identificação: "(...) o sujeito se inscreve em uma formação (e não em outra) para que as suas palavras tenham sentido e isto lhe parece como "natural", como o sentido lá, transparente" (Orlandi 1996: 85).

Maingueneau critica o conceito de formação discursiva: aponta para o fato de que tal noção foi bastante útil à AD; é, porém, imprecisa. Propõe, entretanto, seu emprego analítico em certas "unidades": o discurso em questão nesta pesquisa é uma delas, com o que essa noção seria adequada¹³. Ademais, pretendo mobilizar outros instrumentais teóricos propostos pelo autor: analisar (1) o emprego de modalizadores autonímicos (mais especificamente, os utilizados com aspas), com o intuito de verificar mais detidamente as vozes que não a do enunciador presentes no enunciado. Esta será, pois, a etapa inicial a partir da qual, em trabalhos posteriores, analisarei (2) o interdiscurso inerente aos artigos analisados, situando a formação discursiva na qual se inserem.

¹² Trata-se das ilusões constitutivas do sujeito e do discurso: os esquecimentos no. 1 e no. 2, tal qual são chamados por Pêcheux e Fuchs (1969).

¹³ Entrevista publicada na "Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL" (Ano 4 – número 6 – março de 2006), disponível na Word wide web: http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/edicoes/num_6/entrevista_maingueneau.htm [citado em 20.05.2006]

4. A ETAPA ANALÍTICA INICIAL: MODALIZAÇÃO AUTONÍMICA EM DISCURSOS QUE TANGEM A QUESTÃO DA DEMOCRACIA RACIAL

Tomo por pressuposto o fato de que (1) o discurso se faz presente em cada fragmento e (2) “em cada uma de suas enunciações, por ínfimo que pudesse ser seu objeto, o discurso investe tudo” (Maingueneau, 1984: 8). Agrupo seqüências discursivas¹⁴ que são especificamente o objeto de análise deste ensaio. Vale lembrar que a escolha dos enunciados extraídos dos textos não se deve a quaisquer questões relacionadas ao “conteúdo” veiculado: adoto o pressuposto de Maingueneau, para o qual o discurso é “um espaço de regularidades enunciativas” (1984: 1). Verificá-las e analisar os enunciados nos quais elas se fazem presentes é o objetivo desta etapa analítica. Tomo por base o artigo escrito por Lilia Schwarcz, “Cotas na Universidade”, publicado em 29.08.2001¹⁵. Neste texto, a autora elenca argumentos contrários e favoráveis à adoção dessa política de ação afirmativa, colocando-se em posição de dúvida quanto à legitimidade desta medida.

SD1. O atual formato do debate intelectual e social tem apostado em dicotomias: "sim ou não"; "a favor ou contra".

SD2. Vou me dar ao direito, porém, de recorrer a um "talvez" (...)

SD3. Todo brasileiro parece se sentir tal qual "uma ilha de democracia racial rodeada de racistas por todos os lados".

SD4. (...) a reserva de vagas para minorias, que não cobrem o conjunto de possibilidades de uma "ação afirmativa"

SD5. Talvez no contexto norte-americano a saída responda ao velho modelo do "one drop blood" (...)

SD6. (...) mesmo se julgássemos a "cor" um problema irrelevante, seria bom considerar que uma reserva desse tipo garante a entrada, mas não a permanência em um curso universitário (...).

SD7. "Cotas" servem como estratégia política (...)

SD8. Entre tantos "sim" e "não", é impossível colocar, agora, um derradeiro ponto final.

É importante ressaltar que o uso de modalizadores autonímicos entre aspas evocam no discurso outras vozes, outros discursos, inseridos na mesma formação discursiva: ao utilizar este recurso, o enunciador – de certo modo – se isenta da responsabilidade por dizeres que veicula sem seu discurso. Vejamos, pois, quais termos ou expressões aparecem neste artigo dessa forma: ao observar os termos em destaque (grifos meus), nota-se que, em SD1 e SD8 – que, respectivamente, inicia e finaliza o artigo – têm-se os

¹⁴ Conforme Maingueneau (1998: 128) trata-se de unidades cujo tamanho é igual ou superior a uma frase, extraída da continuidade dos textos. Seleccionarei e agruparei fragmentos enunciativos de acordo com as regularidades enunciativas que apontam para o funcionamento da formação discursiva na qual se inserem os discursos a serem analisados.

¹⁵ Vale lembrar que o uso de modalizadores autonímicos entre aspas é expressivo: dos 18 artigos que versam sobre o tema em questão (cotas para negros em universidades públicas) publicados entre os anos de 2001 e 2005 (período no qual foram publicados a totalidade de artigos que fazem parte do *corpus* desta pesquisa), 15 textos utilizam este recurso.

posicionamentos comumente adotados frente a questão. Em SD2, ela situa um posicionamento menos comum: o fato de atribuí-lo a outrem parece evocar a prerrogativa de que não é o ponto de vista único. Tais enunciados sinalizam para a celeuma, a polêmica, o embate presentes nos discursos que versam sobre o referido tema.

Em SD3, a expressão em destaque é uma metáfora que ilustra o paradoxo que permeia a questão da democracia racial. Traz para o discurso o que possivelmente não pode/ não deve ser dito: a democracia racial é um mito, uma crença que, embora compartilhada socialmente, não é ainda um valor substantivo na sociedade brasileira¹⁶. Em SD6: o termo “cor” sinaliza para aspectos discriminatórios que tomam por critério esse elemento. Verificando SD4, SD5 e SD7, nota-se modelos que racializam a questão das desigualdades raciais.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO: DELINEANDO PISTAS

Neste artigo, procurei verificar discursos transversos que se cruzam no artigo analisado: a constatação dos termos veiculados fazendo uso do recurso propiciado por modalizadores autonímicos sinalizam para dizeres que, possivelmente, devem ser colocados cautelosamente. Elementos significativos para os discursos que versam sobre a adoção de cotas para negros em universidades públicas se encontram entre eles: “ação afirmativa”, “cor”, “cotas”. Embora não tenha sido objeto de análise neste artigo, também foi constatado que termos como “discriminação”, “desigualdade”, “racismo” e “democracia racial” – igualmente importantes na abordagem deste tema – são utilizados no seu sentido corrente: o que denota a familiaridade que o enunciador atribui ao interlocutor em relação a estas expressões. Em trabalhos posteriores, essa questão será retomada e desenvolvida, atendendo ao escopo total da pesquisa na qual este artigo se insere.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- GUIMARÃES, E. (1995). *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes.
- MAINGUENEAU, D. (1997). *Os termos-chave da Análise do Discurso*. Lisboa: Gradiva.
- _____. (1991). *Analyse du Discours: une introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette.
- _____. (1993[1989]). *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução Freda Indursky. Campinas: Pontes.
- _____. (2005[1998]). *Análise de Textos de Comunicação*. 3ª edição. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez Editora.

¹⁶ Um artigo publicado no jornal *Província de São Paulo* em 6 de fevereiro de 1889 já procurava argumentar acerca do “espírito democrático” norteador das relações entre brancos e “pretos”: “... a fazenda fez de numerosas tribos africanas uma tribo única e integrou-a na massa ainda informe do povo brasileiro... ‘Na fazenda formou-se um espírito democrático’” (apud SCHWARCZ, Lilia (1987). *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras). A despeito das teorias racialistas desenvolvidas apregoarem a diferença entre as “raças” – colocando o negro como um coletivo humano inferior – no século XIX eram veiculados discursos imbuídos do intento de demonstrar que as relações entre brancos e negros eram democráticas. O que nos fornece pistas para verificar os apagamentos dos discursos analisados nesta pesquisa, silenciando o que não pode/ não deve ser dito. Trata-se de mais um elemento a ser verificado mais detidamente.

- MAIO, M. C. (1999). "O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14, pp. 141-158.
- ORLANDI, E. P. (1996). *Interpretação*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (1986). "A Análise do Discurso: Algumas Observações", in: *D.E.L.T.A.* 2/1, pp. 105-126.
- _____. (1987). *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (2001). *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes.
- ORTIZ, R. (1985). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e Discurso – uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- SCHWARCZ, L. K. M. (1995). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2000). *Raça como negociação – sobre teorias sociais raciais em finais do século XIX no Brasil in Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- SKIDMORE, T. E. (1976[1974]). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.